

INCENTIVOS

NEWSLETTER N.º 75 | 10 DE JULHO DE 2012

www.vidaeconomica.pt

Governo lança linha INVESTE QREN de mil milhões de euros

Uma semana após o anúncio do reforço, em 1000 milhões de euros, da Linha PME Crescimento, que visa injetar liquidez e apoiar a tesouraria das empresas, o Governo vai apresentar, nos próximos dias, uma nova linha de crédito, denominada INVESTE QREN, em parceria com a banca nacional e o Banco Europeu de Investimento (BEI), no valor de 1000 milhões de euros, revelou à "Vida Económica" fonte do Ministério da Economia e do Emprego (MEE).

O Governo tem consciência de que a taxa de execução do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013) está nos 44%, mas que a taxa de conclusão dos projetos financiados apenas se fica pelos 10%.

Razões, aliadas à escassez de capitalização das empresas, para o Governo decidir avançar com a nova linha mista INVESTE QREN (500+500 milhões de euros), financiada pela banca nacional e pelo BEI, que se destina a apoiar operações de financiamento de projetos apro-



vados no âmbito dos sistemas de incentivos do QREN, particularmente no que toca a investimentos ligados à inovação, I&DT, qualificação das PME e internacionalização. "Será a linha INVESTE QREN que irá ajudar as empresas a investirem mais e irá alavancar mais de mil milhões de euros do QREN", explicou na passada semana o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira.

[Ver artigo completo](#) ➔

Índice

PME Crescimento	2
Dicas & Conselhos	3
Notícias	4
Apoios Regionais	7
P&R e Legislação	8
Concursos e Agenda	8
Indicadores Conjunturais	9

GOVERNO QUER LIGAR PEQUENO COMÉRCIO À INTERNET

O executivo está a preparar um plano estratégico para levar novas ferramentas tecnológicas ao setor do comércio tradicional, nomeadamente, correio eletrónico e páginas de internet.

A medida, preparada em articulação com os municípios, a Confederação do Comércio de Portugal e outras associações do setor, foi anunciada recentemente pelo Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, Carlos Oliveira, e pretende melhorar a competitividade do comércio tradicional através do apoio à entrada deste na economia digital.

O plano estratégico, a lançar ainda este ano, aposta assim na adesão do pequeno comércio de rua às novas tecnologias, dando aos aderentes a possibilidade de usufruírem de e-mail, software de faturação e de um website.

O secretário de estado anunciou ainda que foram pagos 2,5 milhões de euros a pequenos empresários e associações de comerciantes respeitantes a verbas do MODCOM (programa de apoio à Modernização do Comércio), que estavam em atraso há vários meses.

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO SIFIDE ATÉ 31/07

O programa de Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial ("SIFIDE") foi criado em 2005 (tendo sido atualizado em 2009), possibilitando às empresas que desenvolvam atividades de I&D, uma dedução parcial à coleta do IRC, dos custos associados a esta atividade. O SIFIDE vigorou durante um período de cinco anos, aplicando-se aos períodos de tributação de 2006 a 2010.

Neste contexto, e por forma a continuar a fomentar a I&D empresarial, foi criado em 2011 (tendo sido atualizado em 2012 pela Lei do Orçamento do Estado para 2012) o "SIFIDE II" aplicável aos períodos de tributação de 2011 a 2015.

No seguimento da atualização pela LOE para 2012, as entidades que tenham realizado investimentos em I&D em anos anteriores podem ainda usufruir do benefício fiscal relativamente a esses anos, desde que entreguem a sua candidatura até 31/07/2012.

[Ver artigo completo](#) ➔

ABERTOS CONCURSOS DO 7º PQ DA UE

Foram publicadas as "calls" que abrirão em julho, no âmbito do Sétimo Programa-Quadro da União Europeia, em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico (designado por FP7). O que está em causa é o apoio a projetos de investigação e desenvolvimento, através da cooperação entre empresas, entidades



públicas, universidades e institutos. O programa está vocacionado para a investigação e o desenvolvimento nas mais diversas áreas, desde a saúde até ao ambiente, passando pelas tecnologias da informação e comunicação.

Mais informações em www.gppq.mctes.pt

Agricultores afetados pela seca

ALARGADO O PRAZO PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES À SEGURANÇA SOCIAL

Decorre até 15 de julho o prazo para os agricultores que foram afetados pela seca pedirem isenção ou diferimento do pagamento das contribuições à Segurança Social, ou seja, os interessados passaram a beneficiar de mais duas semanas para entregar os respetivos requerimentos na Segurança Social.

Relembramos que esta medida insere-se no âmbito das medidas de apoio à seca em 2012, aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2012, de 27.3, e da Portaria nº 178-A/2012, de 31.5.

O adiamento do prazo de entrega é a forma encontrada para dar resposta aos pedidos das organizações do setor, tendo em conta o elevado número de agricultores que ainda não entregou o requerimento.

Linha de Crédito PME Crescimento

Disponível desde 16 de janeiro de 2012, a linha de crédito PME Crescimento tem um valor global de 1500 milhões de euros*, com dotações específicas para Micro e Pequenas empresas de 250 milhões de euros e para empresas exportadoras de 500 milhões de euros.

Trata-se de uma linha de crédito destinada, fundamentalmente, a financiar novos investimentos em ativos fixos corpóreos ou incorpóreos, ou ao reforço do fundo de maneio ou dos capitais permanentes.

* O Governo anunciou recentemente o reforço, em 1000 milhões de euros, da Linha PME Crescimento

A – CONDIÇÕES GERAIS DA LINHA DE CRÉDITO

1. Montante Global e Linhas Específicas

Linhas Específicas	Montante (milhões euros)
Montante global da Linha	1.500
Linhas Específicas:	
Micro e Pequenas Empresas	250
Geral:	1.250
Dotação Geral	750
Dotação Específica Empresas Exportadoras	500

Nota: Estes valores são reavaliados periodicamente, em função da utilização, numa lógica “first come first serve”, podendo ser feitas reafetações de verbas entre Linhas Específicas e Dotações.

2. Condições a Observar pelas Empresas Beneficiárias

Condições genéricas:

- Preferencialmente Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME), certificadas pela Declaração Eletrónica do IAPMEI;
- Sede social em território nacional;
- Desenvolvimento de atividades enquadradas na lista de CAE elegíveis (ver documento em baixo);
- Sem incidentes não justificados ou incumprimentos junto da banca e sem atribuição de classe de rejeição de risco de crédito;
- Situação regularizada junto da Administração Fiscal e da Segurança Social à data da contratação do financiamento;
- Empresas que à data da propositura da operação detenham dívidas perante a Administração Fiscal e a Segurança Social, poderão contratar, junto do Banco proponente da operação, financiamentos intercalares destinados unicamente à regularização destas dívidas, admitindo-se que até 30% do crédito a conceder seja utilizado para amortização integral desses financiamentos intercalares.

Condições específicas da Linha “Micro e Pequenas Empresas”:

- Micro ou Pequena Empresa com volume de negócios inferior a 10 milhões de euros;
- Situação líquida positiva no último exercício e resultados líquidos positivos em dois dos últimos quatro exercícios, ou dois anos de resultados

positivos se apenas tiver menos de quatro exercícios aprovados (não carecem de ser completos);

- Compromisso de manutenção, durante a vigência do contrato de financiamento, do volume de emprego observado à data da contratação do empréstimo.

Condições específicas da Linha “Geral – Dotação Geral”:

- PME certificadas pelo IAPMEI ou Grandes Empresas;
- Situação líquida positiva no último exercício.

Condições específicas da Linha “Geral – Dotação Específica Empresas Exportadoras”:

- PME certificadas pelo IAPMEI ou Grandes Empresas;
- Empresas industriais, comerciais ou de serviços que não integrem grupos empresariais cuja faturação consolidada seja superior a 75 milhões de euros;
- Exportação de pelo menos 10% do volume de negócios da empresa ou um valor superior a 150.000 euros, sendo consideradas como exportação as vendas destinadas a empresas exportadoras;
- No caso de empresas comerciais, os bens ou serviços exportados devem ser produzidos em Portugal;
- Situação líquida positiva no último exercício.

3. Operações Elegíveis e Não Elegíveis

Operações elegíveis:

- Operações destinadas a investimento novo em ativos fixos corpóreos ou incorpóreos (a realizar no prazo de 6 meses após a data da contratação), ou ao reforço do fundo de maneio ou dos capitais permanentes;
- Excecionalmente, até 30% da operação poderá ser utilizada para liquidar dívidas contraídas junto do sistema financeiro nos 3 meses anteriores à data da sua contratação destinadas, exclusivamente, à regularização de dívidas em atraso à Administração Fiscal e Segurança Social.

Operações não elegíveis:

- Reestruturação financeira e/ou consolidação de crédito vivo;
- Operações destinadas a liquidar ou substituir de forma direta ou indireta, ainda que em condições diversas, financiamentos anteriormente acordados com o Banco, exceto os referidos no ponto anterior;
- Aquisição de ativos financeiros, terrenos, imóveis, bens em estado de uso, viaturas ligeiras que não assumam o caráter de “meio de produção” e veículos de transporte rodoviário de mercadorias adquiridas por transportadores rodoviários de mercadorias por conta de terceiros;
- Operações financeiras que se destinem a atividades relacionadas com a exportação para países terceiros e Estados-Membro, nomeadamente a criação e funcionamento de redes de distribuição.

Fonte: www.iapmei.pt

Linha de crédito PME Crescimento - Lista de CAE Elegíveis

Continua na próxima NEWSLETTER

Dicas & Conselhos

PEC/SIREVE

Devido a atrasos de pagamento contínuos por parte de clientes, a minha empresa de serralharia para construção civil tem acumulado dívidas à Segurança Social e ao Fisco, bem como a alguns fornecedores. A empresa tem viabilidade para continuar em funcionamento, uma vez que não falta trabalho, pelo que não desejo pedir a insolvência.

Existe algum apoio às empresas que me permita resolver este problema?

RESPOSTA

Em Portugal, existem medidas alternativas aos pedidos de insolvência, quando as empresas apresentam viabilidade económico-financeira. Atualmente, ainda se encontra em vigor o PEC (Procedimento Extrajudicial de Conciliação); contudo, o Governo pretende substituir esta medida pelo SIREVE (Sistema Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial), o qual ainda se encontra em fase de regulamentação.

O objetivo do SIREVE é promover a recuperação de empresas, por recurso à via extrajudicial, atribuindo ao IAPMEI o papel de entidade coordenadora e dinamizadora do processo negocial entre o devedor e os seus credores.

As principais alterações face ao PEC são:

- Redução dos prazos para conclusão do processo negocial (9 meses para 4 meses);

- Introdução de mecanismos de proteção do devedor e dos credores;
- Impossibilidade de apresentação de novo requerimento pelo período de um ano, após a extinção do requerimento ou rescisão do acordo celebrado, ou de dois anos após recurso ao PER (Processo Especial de Revitalização);
- Estabelece de forma expressa a possibilidade de aceitar ou chamar à negociação credores não relacionados.

Pode recorrer ao SIREVE qualquer empresa que se encontre em situação de insolvência eminente ou atual, não podendo o pedido ser apresentado por um credor, dado que no anterior regime esta situação ocorreu de forma extremamente residual.

A apresentação do requerimento ao SIREVE suspende o prazo para apresentação à insolvência, sendo que a suspensão cessa com despacho de indeferimento do requerimento, recusa do requerimento ou extinção.

A aceitação do requerimento tem os seguintes efeitos:

- Os credores não podem instaurar ações executivas que atinjam os bens integrantes do património do devedor;
- Suspensão das ações executivas promovidas pelos credores;
- Os meios financeiros concedidos no decurso das negociações, que



contribuam para a sua recuperação, podem beneficiar de garantias prestadas pelo devedor;

- Impede a oneração (cedência, locação, alienação ou qualquer outra forma) dos bens que integrem o património do devedor, sem o acordo de 2/3 dos credores relacionados.

O acordo atingido com o SIREVE não extingue as ações de cobrança de dívida instauradas contra o devedor pelos credores não subscritores do acordo.

O procedimento tem início com a apresentação, em formulário eletrónico, do requerimento dirigido ao IAPMEI. O IAPMEI deve aceitar ou recusar o requerimento no prazo de 15 dias após a sua apresentação, podendo formular convite de

aperfeiçoamento da proposta.

É fixado o prazo de 10 dias para ouvir o devedor ou demais interessados e de 60 dias após notificação da aceitação do requerimento para comunicarem a sua posição. O prazo para a conclusão do processo é de 3 meses contados partir da data de aceitação, prorrogável por mais um mês. O IAPMEI comunica ao tribunal a aceitação do requerimento e a extinção do procedimento.

De realçar que a utilização do SIREVE não impede o recurso ao PER. Contudo, o recurso ao PER durante a utilização SIREVE determina a extinção deste.

Colaboração: www.sibec.pt
sibec@sibec.pt - Tel.: 228 348 500

Notícias

Eurodeputada Maria da Graça Carvalho afirma PORTUGAL DEVE APROVEITAR MELHOR OS APOIOS EUROPEUS PARA A INOVAÇÃO

“O Sétimo Programa-Quadro é um das iniciativas da UE que mais têm contribuído para a competitividade e para a construção europeia” - considera a Prof. Maria da Graça Carvalho. Em entrevista à “Vida Económica”, a eurodeputada e relatora do projeto Horizonte 2020 refere que os pequenos países estão a aproveitar mal os apoios disponíveis para I&D e inovação. Portugal contribui com 450 milhões de euros e recebe apenas 300 milhões em projetos aprovados e executados. Os países nórdicos são mais eficazes nesta área. A Suíça, que também participa neste programa, consegue um retorno em apoios cinco vezes superior ao montante da sua contribuição para o 7.º Programa-Quadro.



Vida Económica - O balanço da execução do Sétimo Programa-Quadro é pouco favorável a pequenos países como Portugal?

Maria da Graça Carvalho - O 7.º Programa Quadro está dividido em vários projetos de cooperação. Onde temos pior performance é no European Search Council. Estou a tentar adaptar as regras em vigor para que pequenos países como Portugal tenham melhores resultados. O valor médio de financiamento por propostas aprovadas é 40% inferior à média dos outros países.

Nós temos geralmente projetos mais pequenos. A proposta da Comissão vai para projetos ainda maiores. Vou tentar fazer um balanço para projetos mais pequenos. A Comissão Europeia quer projetos maiores porque a gestão torna-se mais fácil. Já viu o que são 80 mil milhões de financiamento em projetos pequenos e a quantidade de dossiês que se tem de gerir?

[ver entrevista completa](#) ➔

MILLENNIUM BCP JÁ FINANCIOU €20M EM MICROCRÉDITO

O montante financiado pelo Millennium bcp em microcrédito no fim de maio último totalizava 19,8 milhões de euros, distribuídos por 2397 projetos que criaram 3599 postos de trabalho, apurou a “Vida Económica”. “Os resultados alcançados demonstram a importância do Microcrédito Millennium bcp na criação de emprego e na luta contra a exclusão social”, pode ler-se numa nota do banco a que tivemos acesso.

Existente desde novembro de 2005 e integrado na política de responsabilidade social da instituição, o microcrédito do banco liderado por Nuno Amado destina-se a financiar projetos sem acesso a crédito na banca tradicional - como desempregados, reformados, imigrantes, estudantes, domésticas e microempresas - que preencham dois requisitos básicos: tenham uma ideia de negócio economicamente viável e perfil de empreendedor.

Segundo o Millennium bcp, o serviço inclui a colaboração na elaboração do plano de negócios; a análise da viabilidade de negócio; ajuda para o controlo do negócio; colaboração, durante toda a vida do projeto, nas alterações de estratégia que possam vir a ser necessárias implementar; e apoio, quando necessário, a reestruturações de financiamento.

[Ver artigo completo](#) ➔

BREVES

INSCRIÇÕES EM ABERTO NO “CONCURSO REDEMPRENDIA 2012”

Com o objetivo de impulsionar ideias de negócio inovadoras nascidas no âmbito universitário, a RedEmprendia lançou o “Concurso RedEmprendia 2012: Da ideia à Ação”, que atribuirá três prémios às melhores ideias de negócio. Podem concorrer todos os estudantes das universidades ibero-americanas que constituem a RedEmprendia, entre as quais a Universidade de Coimbra e a Universidade do Porto. As inscrições terminam no dia 31 de agosto de 2012.

JESSICA RECEBE MAIS DE 100 CANDIDATURAS

Mais de 100 candidaturas foram apresentadas aos três fundos de desenvolvimento urbano da iniciativa Jessica Portugal, que visa apoiar projetos de reabilitação urbana, anunciou o ministério da Economia. Em Portugal, o Fundo Jessica disponibiliza 130 milhões de euros e 335 milhões de euros para investimento direto.

AIMINHO PROMOVE MISSÃO EMPRESARIAL INOVADORA A MOÇAMBIQUE

A AIMinho e a Multisector decidiram organizar uma missão empresarial a Moçambique. Com um formato inovador e custos partilhados, esta missão está organizada de modo a que os participantes maximizem o retorno do seu investimento. As atividades têm início a 20 de julho e a missão decorre de 30 de agosto a 6 de setembro de 2012. As inscrições decorrem até 15 de julho. Serão aceites 25 inscrições por ordem de chegada.

[Ver artigo completo](#) ➔

POPH APLICOU CINCO MIL MILHÕES DE EUROS EM FORMAÇÃO

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH), que funciona ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), terá concedido formação a mais de três milhões de pessoas. Na prática, o mesmo terá alcançado uma taxa de execução de 56,34%, correspondente a 5,113 mil milhões de euros de despesa já executada e a uma taxa de compromisso de 73,46%, o que equivale a cerca de 6,7 mil milhões de euros de investimento já comprometido.

Os dados foram apresentados, recentemente, pelo gestor do POPH, Domingos Lopes, numa cerimónia que contou com a presença de Andriana Sukova-Tosheva, responsável pela Diretoria Mercado da Economia Social nos Estados-membros no âmbito do Fundo Social Europeu.

Para Domingos Lopes, “os indicadores de desempenho permitem-nos fazer um balanço muito positivo quanto à adesão da sociedade portuguesa a processos

de formação profissional como resposta à adaptação aos processos tecnológicos e às mudanças organizacionais”. O responsável do POPH sublinha ainda que “podemos considerar que Portugal está na fase charneira de mudança geracional em que o investimento feito nos últimos anos na qualificação começa a gerar uma dinâmica de procura incessante de aumento das qualificações na mais atual população ativa”.

Notícias

Agricultura

GOVERNO QUER O PRODER EXECUTADO EM 60% ATÉ AO FIM DO ANO

O Governo quer que o PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013) atinja, até ao final do ano, 60% de taxa de execução, revelou à "Vida Económica" o secretário de Estado da Agricultura. Em entrevista à "Vida Económica" à margem de um evento promovido pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV), José Diogo Albuquerque fala em "mais de 20 mil projetos" aprovados até ao momento e de uma execução de 49%, acima dos 45% da média europeia. E deixa uma garantia aos agricultores: "Se continuarmos neste ritmo, vamos assegurar todas as verbas comunitárias para este ano".



Vida Económica - O PRODER atingiu uma taxa de execução de 49% e uma taxa de compromisso de 74%. Como classifica estes números?

José Diogo Albuquerque - Estão na média da execução na União Europeia. O Programa começou muito abaixo, no seu início. Houve uma clara melhoria e recuperação passados três anos. O PRODER, infelizmente, tem três características: foi tardio, por ter três anos em atraso; foi inconsistente, pois passou de uma taxa de compromisso muito baixa para 31%; e foi heterogéneo, com muitas medidas e submedidas, com algumas delas, as mais burocráticas, a não funcionarem tão bem e outras, as mais emblemáticas, como a modernização das explorações agrícolas, as agroambientais e a dos jovens agricultores, a funcionarem bem e a terem uma boa taxa de execução. Os 49% de execução já é aceitável.

[ver entrevista completa](#) ➔

"Modernização e Capacitação das Empresas"

APROVADAS TODAS AS CANDIDATURAS EM LISTA DE ESPERA

No âmbito do 6º concurso da ação "Modernização e Capacitação das Empresas" do PRODER, foram aprovados no início do mês de junho todos os projetos que ainda se encontravam em lista de espera, a aguardar disponibilidade de verbas.



Deste modo, foram viabilizados mais 321 projetos, aos quais foi atribuído um apoio PRODER de 42 milhões de euros e que irão alavancar mais de 160 milhões de euros de

investimento, abrangendo, maioritariamente, os setores da pecuária, hortofrutícolas, vinho e azeite.

Fonte: www.proder.pt

Apesar dos atrasos, Portugal pode sair beneficiado no próximo quadro comunitário para a Agricultura

APOIOS FINANCEIROS DA NOVA PAC PODEM NÃO ESTAR OPERACIONAIS EM 2014

Os dois relatórios apresentados recentemente em Bruxelas pelo eurodeputado português Luís Capoulas Santos, com propostas sobre os Pagamentos Diretos e o Desenvolvimento Rural no âmbito da revisão da Política Agrícola Comum (PAC) 2014-2020, podem vir a beneficiar Portugal em 350 milhões de euros. Mas o novo orçamento da PAC pode não estar totalmente operacional a 1 de janeiro de 2014, devido a atrasos provocados pelos calendários eleitorais dos principais contribuintes líquidos da União Europeia, nomeadamente a França e a Alemanha. Se assim suceder, avisa Capoulas Santos, pode dar-se a "paralisação, pelo menos por um ano, da componente do desenvolvimento rural, o que, para Portugal, representaria cerca de 600 milhões de euros".

A Política Agrícola Comum (PAC) "tem sido particularmente injusta para alguns Estados-membros" e "urge corrigir essas disparidades". A nova PAC deve, pois, "ser baseada no tríptico legitimidade/equidade/eficiência" e deve privilegiar "uma distribuição dos recursos tão justa quanto possível entre agricultores, regiões e Estados-membros", afirma Luís Capoulas Santos nos relatórios discutidos em Bruxelas na Comissão de Agricultura.

As propostas em cima da mesa contêm "duas linhas que fazem uma grande rutura com o passado", adiantou Capoulas Santos aos jornalistas. A primeira é "a redistribuição dos apoios, entre Estados-membros e entre agricultores", para que, no futuro, "a PAC seja mais justa". Ainda que, "porventura, não seja tão justa quanto gostaria que fosse". O objetivo é, ainda assim, que "os Estados-membros que têm recebido mais vão receber menos e os que têm recebido menos vão receber mais, o que pode até significar, no caso português, e numa negociação tão difícil como esta - em que há mais Estados para repartir o bolo e há menos 10% de dinheiro para repartir -, que Portugal saia com mais dinheiro", diz o deputado (ver quadro).

AJUDAS DIRETAS (2014-2020) – AJUDAS A PORTUGAL POR COMPARAÇÃO COM TRÊS DOS MAIORES BENEFICIÁRIOS DA PAC - PROPOSTA DA COMISSÃO EUROPEIA

Valores em milhares de €	2014	2015	2016	2017	2018	2019 e anos seguintes
Portugal	573 046	585 655	598 245	610 800	610 800	610 800
Alemanha	5 275 876	5 236 176	5 196 585	5 156 970	5 156 970	5 156 970
França	7 732 611	7 694 854	7 657 219	7 619 511	7 619 511	17 619 511
Itália	4 023 865	3 963 007	3 902 289	3 841 609	3 841 609	3 841 609

AJUDAS DIRETAS (2014-2020) – AJUDAS A PORTUGAL POR COMPARAÇÃO COM TRÊS DOS MAIORES BENEFICIÁRIOS DA PAC - PROPOSTA DO RELATOR CAPOULAS SANTOS

Valores em milhares de €	2014	2015	2016	2017	2018	2019 e anos seguintes
Portugal	582 466	598 550	614 635	630 719	630 719	630 719
Alemanha	5 237 224	5 180 053	5 119 764	5 057 253	5 057 253	5 057 253
França	7 655 794	7 572 222	7 484 090	7 392 712	7 392 712	7 392 712
Itália	4 024 567	3 980 634	3 934 305	3 886 268	3 886 268	3 886 268

[Ver artigo completo](#) ➔

Notícias

Cultura

OPINIÃO

Cultura e Criatividade são a base de uma Sociedade Aberta mobilizada para uma Cidadania participativa

O fator Serralves

FRANCISCO JAIME QUESADO

Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade

A Fundação de Serralves, que organiza mais uma imparável Jornada Aberta à Sociedade Civil, é um exemplo a seguir. Pensar a cultura e criatividade como fatores centrais numa sociedade aberta em que a participação dos cidadãos se assume numa lógica “colaborativa em rede” justifica uma atenção muito especial aos novos fatores estratégicos de desenvolvimento que devem nortear qualquer atuação para o futuro. Não se pode conceber uma lógica de mudança na sociedade portuguesa se não se fizer da cultura e criatividade os “enablers” estratégicos numa nova atitude perante a participação individual em sociedade. A dinamização de uma agenda estratégica de cultura e criatividade são a base para uma nova dinâmica também em Portugal.

A importância estratégica que a temática da cultura e criatividade assume justifica uma participação ativa da sociedade civil na discussão dos caminhos que se têm que definir daqui para a frente. Há claramente um sentido de urgência no envolvimento dos “atores operacionais” (Estado, Universidades, Centros I&D, Empresas) na abordagem estruturada das opções que estão em cima da mesa na definição dos investimentos a realizar. A aposta numa sociedade aberta a nível europeu é a base para uma nova agenda de desenvolvimento: a mensagem de mudança e de abertura a um novo compromisso que está em cima da mesa serão certamente um sinal de confiança para com os desafios que se colocam à economia e sociedade portuguesa nos próximos tempos.

Mudar a agenda para agendar a mudança é um desafio coletivo no qual a participação individual se configura como estrategicamente mais do que necessária.

O objetivo de consolidação da sociedade participativa em Portugal não se pode fazer por mero decreto e face à dimensão estratégica assumida pelos objetivos da sustentabilidade torna-se fundamental que o Estado, as Universidades e os “players empresariais” na área da cultura firmem um verdadeiro “pacto estratégico” sobre as parcerias a desenvolver para a implementação de plataformas em que os cidadãos se revelem nesta nova lógica participativa que cada vez mais é o Portugal 2.0.

A participação empreendedora da sociedade civil neste amplo movimento de reflexão estratégica sobre as novas temáticas para o futuro do país fecha o circuito. São boas as notícias que nos chegam quanto à oportunidade de afirmação crescente que Serralves continua a ter no mundo da sociedade civil. Também aqui a atualidade estratégica da temática competitiva veio ao de cima, corporizada na discussão profunda sobre as questões suscitadas pela opção dos diferentes caminhos a seguir. Trata-se de uma matéria polémica e a sua abordagem torna-se fundamental para sustentar opções que se venham a fazer daqui para a frente. A construção duma sociedade aberta é um desafio complexo e transversal a todos os atores e exige um capital de compromisso colaborativo entre todos. Em 2012 Portugal é já claramente um país da linha da frente em matéria de infraestruturas de última geração, essenciais na perspetiva estratégica de aposta num novo modelo de economia sustentável, centrada na inovação e criatividade, implica por isso saber dar resposta às solicitações das várias frentes e acima de tudo tomar de forma consciente opções sobre qual as melhores soluções a adotar para o futuro. Por isso, o exemplo de Serralves deve ser tido em conta.

COMISSÃO DIRETIVA DO MAIS CENTRO VISITA OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO MUSEU MACHADO DE CASTRO

No âmbito das comemorações do Dia da Europa, a Comissão Diretiva do Programa Mais Centro visitou no dia 9 de maio as obras de requalificação e ampliação do Museu Nacional Machado de Castro, que se prepara para abrir ao público a totalidade dos espaços com um novo projeto de museografia.

Esta visita, que contou com a presença, para além de Norberto Pires e da restante equipa de gestão do Mais Centro, do Diretor-Geral do Património, Elísio Summavielle, da Diretora Regional da Cultura do Centro, Celeste Amaro, do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Barbosa de Melo, do Reitor da Universidade de Coimbra, João Gabriel, e do Presidente do Turismo Centro de Portugal, Pedro Machado, teve como principal objetivo conhecer “in loco” os resultados das obras do projeto «Reabertura total do museu Machado de Castro».

O projeto, que teve uma participação do Mais Centro de 1,5 milhões de euros, permitiu salvaguardar todos os vestígios arqueológicos que se encontra-



vam abaixo dos alicerces de alguns dos edifícios do antigo paço episcopal da cidade de Coimbra e triplicar a área expositiva. Por outro lado, e com recurso às novas tecnologias de comunicação, permitirá alargar a oferta de atividades educativas e pedagógicas. A visita ao projeto no Dia da Europa visou dar visibilidade ao impacto que os fundos comunitários têm na vida dos cidadãos europeus, bem como evidenciar a importância do financiamento do Mais Centro na valorização do património cultural.

Fonte: www.maiscentro.qren.pt

INAUGURADA A CASA DO CORPO SANTO EM SETÚBAL

No passado dia 16 de junho, foi inaugurada a Casa do Corpo Santo, em Setúbal.

A musealização dos achados arqueológicos encontrados no piso térreo do edifício, a realização de obras de restauro da capela, revestida em talha dourada, e a de obras de restauro integral de todo o revestimento azulejar do século XVIII, são apenas alguns exemplos das intervenções implementadas graças a um investimento total de € 123.403,67, com participação FEDER de € 82.164,34, através do Programa Operacional Regional de Lisboa.



O Gestor do POR Lisboa, Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques, e a Secretária Técnica Coordenadora, Eng^a Gabriela Petersen, marcaram presença na cerimónia de inauguração.

Fonte: www.porlisboa.qren.pt

Apoios Regionais

APRESENTADAS AS MEDIDAS PARA O ON.2 RESULTANTES DA REPROGRAMAÇÃO DO QREN

Foram apresentadas recentemente pelo Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques, as medidas a serem aplicadas no "ON.2 – O Novo Norte" (Programa Operacional Regional do Norte) resultantes da reprogramação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Na sequência deste processo, sai reforçado o apoio às empresas da Região do Norte através de um aumento de 167 milhões de Euros no orçamento adstrito aos sistemas de incentivos do ON.2, assim como o apoio aos Municípios do Norte. Estes beneficiarão de um aumento das taxas de comparticipação comunitária num montante de 82 milhões de Euros.

A reprogramação levada a cabo permitirá ao ON.2 alocar 50 milhões de Euros para o apoio ao emprego, empreendedorismo de base local e microcrédito, no âmbito do programa do Governo "Impulso Jovem", e 40 milhões para o programa "Revitalizar", destinado à revitalização de empresas economicamente viáveis que se encontram numa situação financeira desfavorável.



No quadro desta reprogramação e respetivo impacto na região inclui-se ainda o compromisso político do Governo em manter o financiamento previsto para as Capitais Europeias da Cultura (Guimarães) e da Juventude (Braga). Para a CEC Guimarães 2012, cujo programa cultural é financiado através do ON.2, será atribuído um aumento do financiamento comunitário na ordem dos 2,5 milhões de Euros.

Fonte: www.novonorte.qren.pt

ALTERADA A REGULAMENTAÇÃO DO PROMEDIA II

Foi alterada, através do [Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2012/A, de 1 de junho](#), a regulamentação do II Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada para o quadriénio de 2009-2012, nos Açores - PROMEDIA II.

Esta revisão regulamentar surge na sequência da alteração introduzida no passado mês de novembro ao decreto legislativo regional que aprovou o PROMEDIA II, mediante a qual se estendeu o anterior regime especial das ilhas de coesão às restantes ilhas, passando a prever-se um apoio especial à produção.

A alteração agora introduzida veio assim harmonizar a referida alteração legislativa ao nível regulamentar.

AIP ADERE AO INOVCLUSTER - CLUSTER AGROINDUSTRIAL DO CENTRO

A Associação Industrial Portuguesa aderiu formalmente ao InovCluster - Associação do Cluster Agroindustrial do Centro.

Esta adesão enquadra-se na estratégia de acompanhamento aos clusters que foi definida pela direção da AIP no "Plano de Projetos e Ações de 2011 a 2014". A InovCluster atua no setor agroindustrial, abrangendo as fileiras do leite e laticínios, do vinho e vinha, do azeite, dos cereais, da carne, do peixe, do mel e das hortofrutícolas. É uma estrutura que desenvolve a sua atividade na zona centro do país, abrangendo os distritos de Castelo Branco, Leiria, Viseu, Coimbra, Guarda e Aveiro.

Ver artigo completo [↗](#)

CENTRO DE INOVAÇÃO E LOGÍSTICA VAI DINAMIZAR O ALTO MINHO

Agregar, num só espaço, formação de ensino superior (ESCE-IPVC), um Centro de divulgação de Ciência, um Centro de Formação Autárquico (CFAut), um ninho de empresas, Centro de Apoio às Atividades Empresariais da Região, em parceria com a autarquia, é o objetivo do Centro de Inovação e Logística que está a ser construído.

Em entrevista à "Vida Económica", o presidente da Câmara de Valença revela o impacto positivo que vai resultar para a região.

Entretanto, a Câmara de Valença apresentou a candidatura à Unesco para obter a classificação da Fortaleza como Património da Humanidade.

Ver artigo completo [↗](#)

BREVES

POR LISBOA ATINGE O LIMIAR DE EXECUÇÃO

A 30 de maio de 2012, o Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa) apresentava uma situação de overbooking de 1,46% e uma taxa de execução de 41% (sensivelmente mais elevada face à taxa média dos PO Regionais que, em abril, era de 36%). Este facto permitiu já atingir o "n+3" do ano 2013, ou seja, a execução do POR Lisboa atingiu no final do 2º semestre de 2012 o limiar de execução que a Comissão Europeia considerava ser necessário atingir em final de 2013, sob pena de devolução dos fundos.

Fonte: www.porlisboa.qren.pt

Ver documento [↗](#)

GUIMARÃES CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

O grupo de deputados do Parlamento Europeu que esteve, recentemente, de visita a Guimarães considerou que os fundos comunitários atribuídos à Capital Europeia da Cultura (CEC) Guimarães 2012 "estão



a ser bem aplicados". No entanto, embora "satisfeitos", os eurodeputados manifestaram alguma "preocupação" quanto à sustentabilidade e ao futuro dos equipamentos renovados e construídos ao abrigo do evento.

LEGISLAÇÃO

AGRICULTURA

- Portaria n.º 198/2012, de 27 de junho (DR n.º 123, I Série, pág. 3257) – Alarga até dia 5 de julho de 2012 o prazo para as empresas de seguros remeterem ao IFAP, I. P. a informação relativa aos contratos de seguro.

- Portaria n.º 201/2012, de 2 de julho (DR n.º 126, I Série, págs. 3339 a 3340) – Procede à primeira alteração à Portaria n.º 501/2010, de 16 de julho, que aprova o Regulamento de Aplicação do Programa para a Rede Rural Nacional.

- Portaria n.º 203/2012, de 4 de julho (DR n.º 128, I Série, pág. 3401) – Procede à primeira alteração à Portaria n.º 178-A/2012, de 31 de maio, que prevê apoios às explorações agrícolas situadas no continente português, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 de março.

APOIOS REGIONAIS

- Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2012/A, de 4 de julho (DR n.º 128, I Série, págs. 3406 a 3410) – Regulamenta as condições de acesso e as regras gerais de atribuição de apoios no âmbito do programa de incentivos do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA), denominado PRO-SCIENTIA.

EMPREGO

- Portaria n.º 207/2012, de 6 de julho (DR n.º 130, I Série, págs. 3497 a 3499) – Cria a Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego.

TURISMO

- Despacho normativo n.º 14/2012, de 27 de junho (DR n.º 123, II Série, págs. 22573 a 22574) – Extingue a linha de apoio II do PIT - «Eventos para a projeção do destino Portugal».

Perguntas & Respostas

SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

QUAIS AS TAXAS DE FINANCIAMENTO APLICADAS ÀS EMPRESAS?

As empresas não podem ser beneficiárias diretas do financiamento. O n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento SIAC determina que “os projetos que integram empresas nos termos previstos no n.º 5 do artigo 5.º beneficiam das taxas de financiamento previstas no SI Qualificação e Internacionalização de PME”.

De acordo com o “espírito” do legislador, quando se diz “os projetos que integram empresas”, deve entender-se como “as componentes de investimento que integram empresas”.

Deste modo, a taxa máxima de apoio no âmbito do SIAC pode ser de até 75%, conforme previsto no n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento. No entanto, as componentes de investimentos que integram empresas beneficiam das taxas de financiamento previstas no artigo 15.º do Regulamento SI Qualificação e Internacionalização de PME para as respetivas despesas, pelo que a taxa final ponderada será sempre inferior a 75%.

Cada Aviso para Apresentação de Candidaturas definirá a taxa de financiamento a aplicar.

QUAL A DURAÇÃO MÁXIMA DE UM PROJETO ?

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento do Sistema de Apoio a Ações Coletivas, os projetos deverão ter uma execução máxima de 2 anos.

Apenas em casos devidamente justificados serão aprovados projetos com duração superior.

O prazo de execução do projeto poderá ser prorrogado, por um período máximo de um ano, se justificado e desde que seja solicitado durante o período de execução inicialmente autorizado, e que não ponha em causa os objetivos previstos para o projeto nem prejudique a classificação de mérito atribuída em sede de aprovação, conforme o disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

Fonte: www.pofc.qren.pt

AGENDA

1º CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE BIOREFINARIAS (CIAB)

Data: 24 a 26 de outubro de 2012
Local: Los Cabos, Baja California, México
Mais informações: www.ciab2012.org

O 1º CIAB tem como objetivo apresentar os avanços científicos e promover a colaboração entre investigadores nos diferentes temas relacionados com o desenvolvimento e implementação das biorefinarias na região ibero-americana, mantendo uma perspetiva internacional.

O prazo para submissão de papers foi prolongado até 4 de agosto.

O 1º CIAB é organizado pela Sociedade Ibero-Americana para o Desenvolvimento das Biorefinarias (SIADEB) que resulta de um projeto CYTED - Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.

Fonte: www.adi.pt

CONCURSOS

SIAC

AVISO

⇒ Promoção da participação no 7.º PQ de I&DT (UE) 19/05/2012 a 31/08/2012 (2ª fase)

⇒ Mérito do Projeto

⇒ Alteração ao Aviso

⇒ Esclarecimentos

POPH

AVISO

⇒ Projetos de Intervenção no Combate à Violência de Género 15/06/2012 a 16/07/2012

⇒ Grelha de Análise

⇒ Guião da Tipologia 7.7

PRODER

AVISO

⇒ Gestão Multifuncional Desde 01/10/2010

AVISO

⇒ Modernização e Capacitação das Empresas Florestais Desde 01/10/2010

AVISO

⇒ Melhoria Produtiva dos Povoamentos Desde 21/03/2011

AVISO

⇒ Melhoria Produtiva dos Povoamentos - Modernização de Viveiros Florestais Desde 28/03/2011

AVISO

⇒ Defesa da Floresta Contra Incêndios Desde 15/09/2011

AVISO

⇒ Desenvolvimento de Serviços de Aconselhamento Desde 21/02/2012

AVISO

⇒ Eletrificação Rural Desde 17/04/2012

AVISO

⇒ Investimentos de Pequena Dimensão Desde 22/05/2012

AVISO

⇒ Modernização e Capacitação das Empresas - Dotação Específica para o Setor do Leite Desde 19/06/2012

Indicadores Conjunturais do QREN

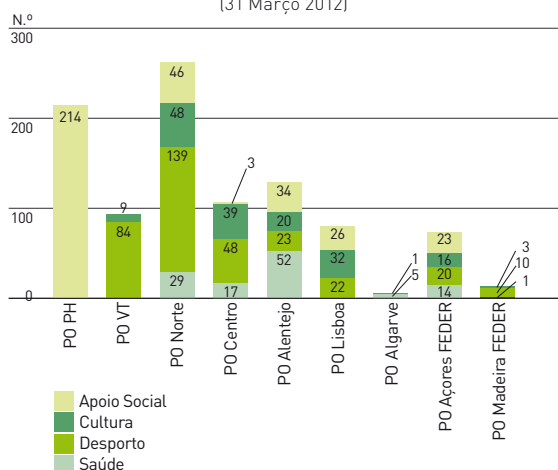
Agenda Valorização do Território: apoiados 978 equipamentos coletivos

No âmbito da agenda Valorização do Território foram apoiados, 978 equipamentos coletivos, repartidos pelas seguintes tipologias: 118 unidades de saúde (estas intervenções abrangem a construção e ampliação de centros de saúde, bem como a requalificação de serviços de unidades hospitalares), 346 equipamentos desportivos (com destaque para o PO Norte, com 139 e o PO VT com 84 intervenções

to de estradas - dos quais 1.464 km já se encontram concluídos -, sendo estas intervenções registadas maioritariamente nos PO Regionais do Continente (2.690 km) e nos Açores (439 km).

No âmbito da prevenção de riscos, foram contratadas 521 operações, estando 37 já concluídas. A distribuição destas operações pelas três tipologias evidencia uma forte aposta em projetos no domínio

Equipamentos apoiados por tipologia por Programa Operacional
(31 Março 2012)



contratualizadas), 168 equipamentos culturais (onde se incluem bibliotecas e arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea) e 346 equipamentos de apoio social (132 no âmbito dos PO FEDER – 109 nos PO Regionais do Continente e 23 no PO Açores FEDER - e 214 no PO PH, sendo na sua maioria creches e lares de idosos).

Ao nível da mobilidade territorial encontram-se contratados 3.143 km relativos à construção, reabilitação e requalificação de um conjun-

to de estradas e gestão de riscos naturais e tecnológicos (80%) – relativos, sobretudo, a Planos Municipais de Emergência da Proteção Civil e à construção, ampliação e requalificação de quartéis de bombeiros em todo o país. Os projetos de combate à erosão e defesa do litoral representam 15% do total e os do domínio da recuperação do passivo ambiental 5% do total.

Fonte: Boletim Informativo N.º 15 QREN (Informação reportada a 31 de março 2012)

“UMA PERSPETIVA PARA O PINHAL INTERIOR NORTE”

Consulte através do link em baixo o estudo «A importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento - uma perspetiva para o Pinhal Interior Norte», da responsabilidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e da autoridade de gestão do Programa Mais Centro.

[Ver documento](#)

PO Algarve 21 LISTA DE PROJETOS APROVADOS

Consulte através do link em baixo a lista de projetos aprovados pelo Programa Operacional Regional do Algarve (PO Algarve 21), até 31 de maio de 2012.

[Ver documento](#)

Procura um meio para financiar as suas actividades? Não procure mais, já encontrou.

GarantiaMútua Cresça connosco.

NORGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
239 854 310 | www.norgarante.pt | norgarante@norgarante.pt

GARVAL - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: Santarém 243 356 370 | Leiria 244 850 190 | www.garval.pt | garval@garval.pt

LISGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: Lisboa 217 520 760 | Algarve 289 896 710 | Madeira 291 215 490 | www.lisgarante.pt | lisgarante@lisgarante.pt

AGROGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: Porto 226 061 800 | Aveiro 234 373 020 | Braga 253 202 590 | Viseu 232 457 310 | www.agrogarante.pt | agrogarante@agrogarante.pt

AGROGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A. Sector Agro-industrial em todo o País

800 244 245